



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2019
-------------	-------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR DANIEL VIANA JÚNIOR
--------------------	--

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	-----------------------

UNIDADE CORRECIONADA	4ª VARA DO TRABALHO DE ANÁPOLIS
-----------------------------	--

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	24/01/1997
----------------------------------	-------------------

JUIZ TITULAR:	RENATO HIENDLMAYER
----------------------	---------------------------

TITULAR DESDE:	24/01/2013
-----------------------	-------------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	26/10/2012
--------------------------------	-------------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/10/2018 a 30/09/2019
------------------------------	--------------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2016	2017	2018	2019**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.770	1.645	1.166	723
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.841	1.894	1.485	766
3	Produção	104%	115%	127%	106%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.920	1.816	1.607	738
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	698	491	192	168
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.567	1.397	949	938
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	22%	16%	23%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	27%	17%	8%	13%
9	Execuções iniciadas	326	485	577	271
10	Execuções encerradas	246	275	537	279
11	Execuções baixadas	308	312	567	219
12	Execuções pendentes de encerramento	612	855	772	727
13	Execuções pendentes de baixa	1.118	1.470	1.356	1.466
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	350	504	473	634
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	73%	73%	67%	78%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	79%	81%	72%	82%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	39%	41%	41%	42%
18	Índice de conciliação da unidade	41%	46%	42%	49%

* Dados extraídos do sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2019 referem-se aos meses de janeiro a setembro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	RENATO HIENDLMAYER
Juiz Auxiliar	GLENDIA MARIA COELHO RIBEIRO

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria (excepcionalmente, ocorre fracionamento. A regra é UNA).

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	57
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	46

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	660
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	60
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 14/10/2019.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	32
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	25	0
Sentença na fase executória	1	0
Embargos de declaração	2	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	65	51
Ordinário	166	142

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	6	9
Ordinário	14	11

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	5	5

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	3	5

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	4
Atualização de cálculos	1	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	63	26
Ordinário	75	30

* Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada nos dias 13 e 14 de março de 2018 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/08/2017 e 31/01/2018.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Edmilson Araújo Gomes	Diretor de Secretaria	Efetivo
Fabyelle Rubya Martinez de Castro	Secretária de Audiência	Efetiva
Gustavo Barbosa Rodrigues Ganzaroli	Assistente de Diretor	Efetivo
Ludmilla Elias Limirio Silva		Efetiva – teletrabalho
Nelma Cecília Barbaresco Gomide		Efetiva – Licença Maternidade
Nívea Maria Nunes Moreira	Assistente II	Efetiva
Paula Cristina de Bessa Ferreira	Assistente de Juiz	Cedida Municipal
Rayliane Rangel dos Reis	Assistente de Juiz	Efetiva – teletrabalho
Sirlene Cordeiro Martins de Oliveira	Secretária de Audiência	Efetiva
Ana Cláudia Dutra		Estagiária
João Victor Orestes de Souza		Estagiário

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	12
Notebooks	5
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	0

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe, conforme constatado nas correições permanentes (via SISDOC) realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		Parcialmente.
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (<i>check list</i>), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais, unas e de instrução estão sendo designadas para nov/19 em ambos os ritos.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	-	-	
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?		X	
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
27	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC) ?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		RAYLIANE RANGEL DOS REIS (PORTARIA TRT 18ª SGPE Nº 779/2019); PAULA CRISTINA DE BESSA FERREIRA - PORTARIA TRT 18ª DG/SGPE Nº 2866/2019; *(estas duas fazem propostas de sentenças); e LUDMILA ELIAS LIMIRIO SILVA (faz serviços da Secretaria) (PORTARIA 4ª VT ANAPOLIS Nº 01/2014). **(Não estão em Estágio Probatório)
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		
33	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		X	

6 – CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	X		

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correcionado: Dezembro de 2018 a Setembro de 2019	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
2ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	152.038	376.051
5ª VT DE GOIÂNIA	142.490	378.380
11ª VT DE GOIÂNIA	139.250	311.719
10ª VT DE GOIÂNIA	137.784	289.733
1ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	137.319	287.077
1ª VT DE GOIÂNIA	133.529	306.840
VT DE LUZIÂNIA	131.900	402.620
9ª VT DE GOIÂNIA	121.726	260.736
15ª VT DE GOIÂNIA	117.733	216.313
7ª VT DE GOIÂNIA	111.094	290.800
2ª VT DE GOIÂNIA	105.140	214.364
18ª VT DE GOIÂNIA	101.983	217.519
3ª VT DE GOIÂNIA	91.918	178.400
14ª VT DE GOIÂNIA	78.827	168.364
17ª VT DE GOIÂNIA	75.850	168.231
13ª VT DE GOIÂNIA	68.026	229.025
VT DE CALDAS NOVAS	65.725	145.526
3ª VT de APARECIDA DE GOIÂNIA	63.495	95.911
12ª VT DE GOIÂNIA	60.216	139.222
4ª VT DE ANÁPOLIS	59.367	116.418
3ª VT DE ANÁPOLIS	59.343	129.587
6ª VT DE GOIÂNIA	57.124	132.629
VT DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	50.538	103.967
8ª VT DE GOIÂNIA	44.737	94.536
2ª VT DE ANÁPOLIS	38.378	152.843
VT DE GOIANÉSIA	35.604	62.829
VT DE GOIATUBA	31.738	61.495
VT DE GOIÁS	30.754	51.020
VT DE INHUMAS	27.349	45.522
4ª VT DE GOIÂNIA	23.226	46.555
VT DE CERES	17.894	26.874

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 04/10/2019.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - A observância das disposições contidas nos artigos 76 e 81 do PGC, fazendo constar nas atas/decisões homologatórias de acordos, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 177, § 4º do mesmo diploma, nas hipóteses em que o Reclamado não o fizer, conforme apurado no item 7.2 – 6 do Relatório de Correição;	X		
7.1.2 - Que a Secretaria realize, com frequência, a análise das caixas de tarefas do sistema PJe, atentando para os processos que se encontram paralisados há mais de 30 (trinta) dias, a fim de agilizar o andamento processual. O Desembargador-Corregedor constatou a existência de processos sem movimentação por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, conforme apontado no item 7.2 – 9 do Relatório de Correição. Para um melhor gerenciamento dos serviços de Secretaria, a unidade poderá se valer dos relatórios extraídos do sistema SAOPJE e encaminhados periodicamente pela SCR através dos processos de auditorias permanentes;	X		
7.1.3 - Que a Secretaria da Vara, nos casos em que há depósito do valor da execução em conta judicial, recolha a contribuição previdenciária em conformidade com o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 177 do PGC, preenchendo a guia GPS com o código de pagamento pertinente, conforme apurado no item 7.2 – 15 do Relatório de Correição.	X		

7.2 – Constações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010084-42.2017.5.18.0054; ATOrd-0010169-96.2016.5.18.0054; ATOrd-0010604-36.2017.5.18.0054; ATOrd-0010992-36.2017.5.18.0054; ATOrd-0011386-48.2014.5.18.0054; ATAlc-0011304-12.2017.5.18.0054; ATSum-0010990-03.2016.5.18.0054 e ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010084-42.2018.5.18.0054; ATOrd-0010169-96.2016.5.18.0054; ATOrd-0010604-36.2017.5.18.0054; ATOrd-0010992-36.2017.5.18.0054; ATOrd-0010111-25.2018.5.18.0054; ATOrd-0011386-48.2014.5.18.0054; ATAlc-0011304-12.2017.5.18.0054; ATSum-0010990-03.2016.5.18.0054; ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054 e ATSum-0010741-81.2018.5.18.0054).
3	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho DESCUMPRE o disposto no artigo 2º, do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019, dispondo de saldo existente em conta judicial ao executado/devedor, sem proceder à ampla pesquisa nos sistemas de gestão de processos de âmbito deste Eg. Regional e no sistema do BNDT, a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor (processos: ATSum-0010084-42.2018.5.18.0054; ATOrd-0010604-36.2017.5.18.0054; ATOrd-0010992-36.2017.5.18.0054 e ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054). NO ENTANTO, por meio de consulta ao BNDT, as empresas executadas não possuem outros débitos trabalhistas, exceto a empresa JM CARGA E DESCARGA LTDA (processo: 0010556-52.2018.5.18.0051).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010137-86.2019.5.18.0054; ATSum-0011249-27.2018.5.18.0054; ATSum-0010250-40.2019.5.18.0054; ATSum-0011003-31.2018.5.18.0054; ATSum-0010658-31.2019.5.18.0054; ATSum-0010767-45.2019.5.18.0054; ATSum-0010083-23.2019.5.18.0054 e ATSum-0011206-90.2018.5.18.0054).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara apresenta certidão de trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0010137-86.2019.5.18.0054; ATSum-0011249-27.2018.5.18.0054; ATSum-0010250-40.2019.5.18.0054; ATSum-0010767-45.2019.5.18.0054; ATSum-0010083-23.2019.5.18.0054; e ATSum-0011206-90.2018.5.18.0054).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATSum-0010137-86.2019.5.18.0054; ATSum-0011249-27.2018.5.18.0054; ATSum-0010250-40.2019.5.18.0054; ATSum-0011003-31.2018.5.18.0054; ATSum-0010658-31.2019.5.18.0054; ATSum-0010767-45.2019.5.18.0054; ATSum-0010083-23.2019.5.18.0054 e ATSum-0011206-90.2018.5.18.0054).
7	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença após o trânsito em julgado (processos: ATSum-0010137-86.2019.5.18.0054; ATSum-0010250-40.2019.5.18.0054; ATSum-0010083-23.2019.5.18.0054 e ATSum-0011206-90.2018.5.18.0054).
8	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: ConPag-0010259-02.2019.5.18.0054; HoTrEx-0010536-18.2019.5.18.0054; HTE-0010844-54.2019.5.18.0054; HTE-0010975-29.2019.5.18.0054 e ATOrd-0010900-87.2019.5.18.0054).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010942-39.2019.5.18.0054; ATOrd-0010061-62.2019.5.18.0054; ATSum-0010913-86.2019.5.18.0054; ATSum-0010805-57.2019.5.18.0054; ATSum-0010813-34.2019.5.18.0054; ConPag-0010259-02.2019.5.18.0054 e ATOrd-0010900-87.2019.5.18.0054).

Item	Constatações
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATSum-0010942-39.2019.5.18.0054; ATOrd-0010061-62.2019.5.18.0054; ATSum-0010913-86.2019.5.18.0054; ATSum-0010805-57.2019.5.18.0054; HoTrEx-0010536-18.2019.5.18.0054; HTE-0010844-54.2019.5.18.0054; HTE-0010975-29.2019.5.18.0054 e ATOrd-0010900-87.2019.5.18.0054).
11	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 10/10/2019, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
12	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: ATSum-0010541-74.2018.5.18.0054; ATSum-0010606-69.2018.5.18.0054; ATSum-0010575-49.2018.5.18.0054; ATSum-0010840-51.2018.5.18.0054 e ATSum-0010365-95.2018.5.18.0054).
13	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: ATSum-0010541-74.2018.5.18.0054; ATSum-0010606-69.2018.5.18.0054; ATSum-0010575-49.2018.5.18.0054; ATSum-0010840-51.2018.5.18.0054 e ATSum-0010365-95.2018.5.18.0054).
14	Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, CUMPRINDO o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC. TODAVIA, o envio é feito via postal, contrariando o disposto no artigo 159, parágrafo único, do PGC, e Ofício-circular TRT 18ª SCJ Nº 105/2008, que trata da comunicação por meio eletrônico entre este Regional e as Delegacias da Receita Federal do Brasil em Goiânia (drfgoiania@receita.fazenda.gov.br) e Anápolis (comunicatrt.drfana@receita.fazenda.gov.br) - (processos: ATSum-0010228-50.2017.5.18.0054; ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054 e ATOrd-0010857-29.2014.5.18.0054).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-010741-81.2018.5.18.0054; ATSum-0010228-50.2017.5.18.0054; HoTrEx-0010730-52.2018.5.18.0054; ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054; ATSum-0010118-17.2018.5.18.0054 e ATOrd-0010857-29.2014.5.18.0054).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: ATSum-010741-81.2018.5.18.0054; ATSum-0010228-50.2017.5.18.0054; ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054; ATSum-0010118-17.2018.5.18.0054 e ATOrd-0010857-29.2014.5.18.0054).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara, nos casos em que o valor da execução é depositado em conta judicial, recolhe a contribuição previdenciária em CONFORMIDADE com o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, preenchendo a guia GPS com o código pertinente (processos: ATSum-010741-81.2018.5.18.0054; ATSum-0010228-50.2017.5.18.0054; HoTrEx-0010730-52.2018.5.18.0054; ATSum-0011159-53.2017.5.18.0054; ATSum-0010118-17.2018.5.18.0054 e ATOrd-0010857-29.2014.5.18.0054).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante determinação judicial, extingue a execução quando o valor das contribuições previdenciárias é inferior a R\$1.000,00 ("nos termos da Portaria 75 de 2012"), DESCUMPRINDO o disposto no artigo 179, parágrafo único do PGC, bem como, contrariando as orientações previstas no Ofício Circular nº 11/2012/TRT18-SCR (processos: ATSum-0010990-03.2016.5.18.0054; ATSum-0010470-09.2017.5.18.0054 e ATSum-0010360-10.2017.5.18.0054).

Item	Constatações
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0011294-65.2017.5.18.0054; ATOrd-0011559-67.2017.5.18.0054; ATSum-0010468-05.2018.5.18.0054; ATOrd-0011393-35.2017.5.18.0054 e ATSum-0010632-67.2018.5.18.0054).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA APENAS os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, ABRINDO MÃO do convênio CNIB. Constatou-se, ainda, que a unidade NÃO EXPEDE mandado de penhora e avaliação antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), DESCUMPRINDO, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2018 (processos: ATSum-0010648-21.2018.5.18.0054; ATSum-0010456-88.2018.5.18.0054; ATSum-0010840-51.2018.5.18.0054 e ATSum-0011164-41.2018.5.18.0054).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: ATSum-0010632-67.2018.5.18.0054; ATSum-0010748-73.2018.5.18.0054 e ATOrd-0011563-07.2017.5.18.0054).
23	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: ATSum-0011294-65.2017.5.18.0054; ATOrd-0011559-67.2017.5.18.0054; ATSum-0010468-05.2018.5.18.0054; ATOrd-0011393-35.2017.5.18.0054 e ATSum-0010632-67.2018.5.18.0054).
24	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0011294-65.2017.5.18.0054; ATOrd-0011559-67.2017.5.18.0054; ATSum-0010468-05.2018.5.18.0054; ATOrd-0011393-35.2017.5.18.0054 e ATSum-0010632-67.2018.5.18.0054).
25	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas e das sentenças proferidas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo assim o disposto no artigo 346 do PGC (Processos 0010502-43.2019.5.18.0054; 0010414-39.2018.5.18.0054; 0011182-62.2018.5.18.0054 e 0011098-61.2018.5.18.0054).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, descumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd – 0010815-38.2018.5.18.0054; ATSum – 0010226-12.2019.5.18.0054; ATOrd – 0010086-75.2019.5.18.0054; ATSum - 0010497-21.2019.5.18.0054 e ATSum – 0010544-92.2019.5.18.0054)
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010815-38.2018.5.18.0054; RTSum-0011015-45.2018.5.18.0054; ATSum-0010226-12.2019.5.18.0054; ATOrd-0010086-75.2019.5.18.0054; ATOrd-0010486-89.2019.5.18.0054; ATSum-0010497-21.2019.5.18.0054 e ATSum-0010544-92.2019.5.18.0054).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010815-38.2018.5.18.0054; RTSum-0011015-45.2018.5.18.0054; ATSum-0010226-12.2019.5.18.0054; ATOrd-0010086-75.2019.5.18.0054; ATOrd-0010486-89.2019.5.18.0054; ATSum-0010497-21.2019.5.18.0054 e ATSum-0010544-92.2019.5.18.0054).

Item	Constatações
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010815-38.2018.5.18.0054; RTSum-0011015-45.2018.5.18.0054; ATSum-0010226-12.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010086-75.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010486-89.2019.5.18.0054; ATSum-0010497-21.2019.5.18.0054 e ATSum-0010544-92.2019.5.18.0054).
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010608-44.2015.5.18.0054; RTOOrd-0011492-39.2016.5.18.0054 e ATSum-0010676-28.2014.5.18.0054).
31	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010608-44.2015.5.18.0054; RTOOrd-0011492-39.2016.5.18.0054 e ATSum-0010676-28.2014.5.18.0054).
32	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010608-44.2015.5.18.0054; RTOOrd-0011492-39.2016.5.18.0054 e ATSum-0010676-28.2014.5.18.0054).
33	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à 4ª Vara do Trabalho de ANÁPOLIS, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
34	Nos processos a seguir relacionados, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, NÃO constatou-se a demora injustificada na remessa dos autos CONCLUSOS para a prolação da sentença, cumprindo o disposto no artigo 228 do CPC, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATOOrd-0010066-84.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010225-27.2019.5.18.0054; ConPag-0010232-19.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010307-58.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010368-16.2019.5.18.0054; ATOOrd-0010425-34.2019.5.18.0054; ATOOrd-0011562-22.2017.5.18.0054 e ATOOrd-0010972-74.2019.5.18.0054).
35	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/06/2019 e 30/09/2019, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 12 (doze) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 6 (seis) processos.
36	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/06/2019 e 30/09/2019, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira.
37	Analizados, em 08/10/2019, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 05 (cinco) dias úteis para solução de incidentes na fase de execução (processos: 10760-58.2016.5.18.54; 10880-67.2017.5.18.54; 11084-77.2018.5.18.54; 11650-60.2017.5.18.54; 10160-66.2018.5.18.54; 10688-3.2018.5.18.54; 10241-49.2017.5.18.54; 10326-35.2017.5.18.54; 10869-4.2018.5.18.54 e 11475-3.2016.5.18.54).